

KOI
NO
NIA
15
ANOS



BOLETIM Trabalhadores Rurais & Direitos

EDIÇÃO ESPECIAL

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA
Ano IV - Nº 15. SET 08 - FEV 09 - ISSN 1981-7533

Editorial

Este número do boletim é especial. Com ele queremos colaborar com um resgate de temas importantes para a luta camponesa. Como o mês de março é da luta das mulheres, citamos a Campanha Mulheres Donas da Própria Vida, que traz a lume a questão da violência social e doméstica contra as mulheres camponesas, e as alternativas para a superação desta situação. Como uma das questões que aflige os movimentos sociais do campo é a criminalização das defensoras e defensores dos direitos dos camponeses, chamamos a atenção para a falácia do Ministro do Supremo em relação ao MST. Como o Nordeste se vê afligido com a continuidade da impopular obra da Transposição e com o avanço de projetos de novas barragens, falamos disso e sobre o processo de conclusão de Itaparica – que já dura mais de 20 anos. Temos também o prazer de chamar a atenção sobre a participação camponesa no Fórum Social Mundial e alguns aspectos de determinados territórios. Desejamos a todas as leitoras e leitores muita coragem e esperança! Boa leitura!

8 de março – Dia Internacional da Luta das Mulheres e a Campanha *Mulheres Donas da Própria Vida*



Homenagem do Programa TRD às mulheres

A Campanha que tem por título “Mulheres donas da própria vida - Viver sem violência, direito das mulheres do campo e da floresta” é dirigida às trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, negras rurais e quilombolas, mulheres da Amazônia, seringueiras e camponesas. Seu objetivo é fazer valer a autonomia da mulher, que é dona da própria vida e tem o direito de viver com dignidade, respeito e sem violência. Foi lançada no dia 30 de janeiro, durante o Fórum Social Mundial 2009, em Belém. A campanha consiste na realização de oficinas culturais, atividades nas escolas, elaboração de programas de rádios e radionovelas, além de ações educativas com o objetivo de estabelecer

uma rede de solidariedade pelo fim da violência contra as mulheres. Foi formulada para atender às reivindicações da Marcha das Margaridas. Dentre as organizações que apóiam esta campanha estão o Movimento da Mulher Camponesa (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). As mulheres camponesas organizadas pela Via Campesina mostraram que 8 de março é dia de luta contra o agronegócio, como no caso de Alagoas, na luta contra a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar.

Gilmar e MST, quiproquó contra os movimentos sociais do campo

Algumas vezes os homens da Justiça soam injustos. Foi o que ocorreu quando em 25 de fevereiro se pronunciaram sobre o fato do assassinato de empregados de uma fazenda, ocupada por lavradores ligados ao MST, em Pernambuco. O Ministro do Supremo tomou o fato isolado por generalidade e afirmou que é ilegal que o MST receba recursos do governo fede-

ral para suas ações. O Carnaval Vermelho constou de muitas ações do MST no mês de fevereiro. Ao afirmar que é ilegal e ilegítimo repassar recursos para quem comete ato ilícito, tratou um ato isolado como fenômeno geral, atribuindo à coordenação do MST o ocorrido. O Ministro do Supremo (STJ) faz parecer que é verdade aquilo que não é. Tanto assim que o

governo federal, logo em seguida àquele pronunciamento fez notar, por meio do MDA, que todos os repasses para o MST foram auditados, e não houve nenhuma irregularidade ou ilicitude constatada por nenhuma instância do judiciário. A pessoa de Gilmar Mendes se fez apenas voz do latifúndio, do Capital, e não do pensamento jurídico ou governamental.

(Fonte: Programa TRD de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço).

Barragem vem, barragem vai... Riacho Seco



Jorge Afílio Silva Julianelli

Obra da Transposição. Cabrobó(PE), em julho 2007.

Nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2008, houve um mutirão interati-

vo e solidário nas áreas ameaçadas pela barragem de Riacho Seco, na Bahia. Lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Pólo Sindical do Submédio São Francisco (BA/PE), de comunidades quilombolas, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Boa Vista (BA) e Curaçá (BA), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

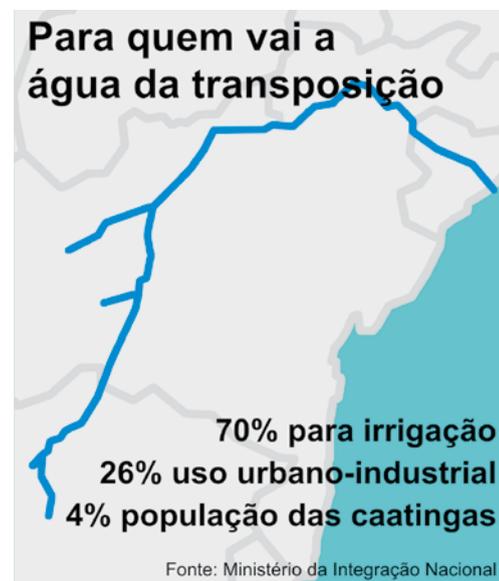
(Fetape); e agentes da CPT, representantes da Diocese de Floresta e da Pastoral dos Reassentados, participaram do mutirão. Foram mobilizadas 33 comunidades e oito assentamentos. Constatou-se a situação de abandono e incerteza das comunidades que seriam atingidas pela barragem, em função da ausência de informação sobre a área atingida e o destino da população.

(Fonte: <http://www.cptnac.com.br>).

Transposição do São Francisco: apesar da vontade do povo...

As obras da transposição do rio São Francisco permanecem em ritmo acelerado, tanto no Eixo Leste, que sai do Lago de Itaparica, em Icó Mandantes (Petrolândia, PE), quanto no Eixo Norte, que parte de Cabrobó (PE). Segundo Gedel Viana, até 2010 o Eixo Leste estará concluído. No Trecho I do eixo Norte está sendo construída a Barragem de Tucutu, a ser abastecida pelo São Francisco, no município de Cabrobó, divisa com a Bahia. O Exército do Brasil e o consórcio Construtor Águas do São Fran-

cisco, formado pelas empresas Carioca, SA Paulista e Serveng Civilsan, dividem a responsabilidade do lote 1, compreendendo a maior parte do Trecho I do eixo Norte. A obra toda compreende 14 lotes e deverá estar concluída em 2012. Os povos indígenas denunciam às organizações nacionais e internacionais, por meio de um relatório paralelo, os impactos diretos das obras da transposição em seus territórios. Mais informações sobre o relatório podem ser obtidas com Alzení Tomáz – CPP NE - 75.8835 3113



ou com Juracy Marques – NECTAS/UNEB - 75.9138 4821.

(Fontes: *Jornal A Tarde*, 7/2/2009; <http://www.baixosaofrancisco.blogspot.com>).

E dom Cappio jejuou...

Um testemunho de fé e defesa da vida dos ribeirinhos e do rio São Francisco tem sido a atitude de Dom Luiz Cappio. Isso nos leva a refletir: Transposição? E a revitalização da Bacia do São Francisco?????

Conclusão de Itaparica: é devagar, é devagarzinho...

A luta das camponesas e dos camponeses de cidades da Bahia e de Pernambuco, iniciada em função da UHE Luiz Gonzaga, Barragem de Itaparica, a partir de 1986, coordenada por meio do Pólo Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco se arrasta há mais de vinte anos. Foi a força, coragem e teimosia do Pólo que reverteu o processo de contra-reforma agrária, conduzido no governo Fernando Henrique Cardoso e fez com que o governo Lula assumisse o compromisso da conclusão de Itaparica. A Chesf,

companhia responsável pela ação do governo, ficou de empreender ações de reparação a camponeses que tiveram seus lotes comprometidos no processo e a conclusão do Bloco 2, em Petrolândia, e do Projeto Jusante, em Glória. As obras dos dois projetos seguem um cronograma lento. As outras pendências seguem longos debates e entraves. A Codevasf vem prestando serviços de ATER sempre sob a desconfiança dos camponeses. Enfim, a luta de Itaparica é um alerta para construções de novas barragens, como a de Riacho Seco.

(Fonte: TRD, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço).

Eleições municipais: no sertão de Alagoas, Bahia e Pernambuco...

Foram diferentes os partidos eleitos e é tremenda a disputa de poder nos municípios do sertão. Porém, as várias coligações que se formaram animam a jovens de alguns municípios. Para Thiago Santos Gomes, o município de São José da Tapera (AL) pode trazer novidades em termos de políticas públicas de juventude. Municípios baianos como Glória e Rodelas podem ter novidades em termos de políticas de desenvolvimento rural sustentável. Jatobá (PE) pode ter também surpresas nesta área... vamos ficar de olho.

(Fonte: TRD, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço).

Território de Itaparica debate sustentabilidade

Prefeitos, lideranças territoriais, gestores públicos, representantes dos governos estaduais da Bahia e de Pernambuco, além do governo federal, reuniram-se no dia 18 de fevereiro, em Paulo Afonso (BA). Debateram e procuraram meios de fortalecer o desenvolvimento sustentável do Território. Ações de Ciência e Tecnologia foram destacadas, entre outros assuntos. O Território de Itaparica é formado por 13 municípios, seis baianos e sete pernambucanos. A piscicultura é uma importante atividade econômica e de segurança alimentar para os camponeses e povos tradicionais.

(Fonte: Governo da Bahia).

Violência no Campo e Drogas – Fórum Mundial de Produtores de Cultivos Declarados Ilícitos

Uma das faces da violência no campo é produzida pela política proibicionista e pela repressão aos camponeses em áreas de cultivos declarados ilícitos, como a maco-nha, em determinadas regiões do Brasil. No ano de 2009 haverá re-

visão das convenções internacionais de drogas pela ONU. Esses fatos motivaram a realização do FMPCDI, em Barcelona, entre 26 e 31 de janeiro de 2009. Mais informações em www.koinonia.org.br/bdv.

TRD Painel

Internacionais

- » Movimentos sociais de todo o mundo, inclusive a Via Campesina, durante o Fórum Social Mundial, no mês de janeiro, em Belém do Pará, declararam: não vamos pagar pela crise, que a paguem os ricos!
- » A Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar, ocorrida em janeiro, na cidade espanhola de Madri, excluiu os principais interessados na discussão: os camponeses de todo o mundo. Para a Via Campesina é um escândalo que se escute a Monsanto nos painéis e não se dê ouvidos aos camponeses.
- » A Via Campesina exige que seja promovida a participação dos camponeses na Cúpula Mundial sobre Mudanças Climáticas que será realizada em dezembro de 2009.

Nacional

- » Construção de Barragem na área da guerrilha do Araguaia (TO) coloca em risco a memória histórica da luta de resistência ao regime militar. Naquela área há vários corpos de guerrilheiros que ainda não foram identificados.
- » No Brasil a crise financeira mundial já deixa um rastro terrível. Há demissões de 8 mil trabalhadores por dia. Essa situação tem gerado diversas manifestações de desagravo por parte do movimento sindical. As mulheres são 58,1% do total de desempregados no Brasil.

Nordeste

- » A Agência Nacional de Águas (ANA) reduzirá a vazão mínima do Rio São Francisco até o final de abril de 2009. De 1.300 metros cúbicos por segundo, a vazão mínima passará a 1.100 m³/s, abaixo dos reservatórios de Sobradinho (BA) e Xingó (AL e SE). A decisão visa guardar água para “segurança adicional ao sistema elétrico”. O mesmo se deu em dezembro de 2007.
- » Os assalariados rurais da hortifruticultura do Vale do São Francisco têm novo piso salarial, de R\$ 476 (quatrocentos e setenta e seis reais). Os vencimentos são retroativos a 01 de fevereiro.
- » Cerca de 500 trabalhadores rurais, organizados pela FETRAF-PI, de 14 municípios, fizeram um protesto em frente à agência do Instituto Nacional de Seguro Social, no centro de Teresina, em 13 de fevereiro. Os benefícios e aposentadorias são negados injustamente.

Carta Política do I Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro

Nós, povos do Semiárido, representados aqui por 103 agricultores e agricultoras, educadores e educadoras populares e convidados dos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, reunidos em Campina Grande, estado da Paraíba, de 16 a 18 de fevereiro de 2009, por ocasião do I Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro, promovido pela Articulação no Semiárido – ASA e pela Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, tornamos público para a sociedade brasileira, governos e comunidade internacional os valores das sementes cultivadas e guardadas pela Agricultura Familiar, e manifestamos preocupações sobre várias iniciativas que colocam em perigo as sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade.

(...)

O domínio das sementes locais por famílias e comunidades é uma condição para que elas estruturam e mantenham sistemas agroecológicos de produção. As sementes são bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Nesse sentido, não podem ser confundidas como um mero insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas. Reafirmamos e lutamos pelo direito dos agricultores e agricultoras plantarem, produzirem, colherem, selecionarem, beneficiarem, trocarem e comercializarem suas sementes.

(...)

Não obstante a sua importância para a segurança alimentar e a convivência com o Semiárido, esse patrimônio necessário à vida das famílias está

ameaçado, seja pelas sucessivas secas e baixo acesso à terra ou pelas políticas governamentais, que promovem a substituição das sementes e raças locais de animais por variedades e raças de fora, não adaptadas. Portanto, tanto a sociedade, como os gestores públicos devem dar a devida atenção no sentido de apoiar as famílias agricultoras e suas organizações no resgate e manutenção dessas variedades.

É necessário melhorar as condições de reprodução dessas sementes nas unidades produtivas familiares, pressionar os governos a estimular e financiar pesquisas envolvendo agricultoras e agricultores experimentadores para o melhoramento e repatriação dessas sementes, bem como a revitalização dos mercados locais para esses produtos, a exemplo das feiras livres municipais.

(...)

Manifestamo-nos contra a liberação de cultivos transgênicos. O Estado deve garantir indenização e proteção às famílias agricultoras que tiverem suas sementes contaminadas por esses produtos, propondo que o Semiárido Brasileiro seja Livre de Transgênicos.

O avanço do agronegócio com suas sementes envenenadas e transgênicas tem se apropriado dos territórios da agricultura familiar e camponesa e dos povos tradicionais, inclusive, no Semiárido, causando destruição da biodiversidade, da identidade étnica cultural e das sementes locais. Os governos têm que se posicionar contra o avanço desse modelo de desenvolvimento e garantir formas de proteção efetiva a esses territórios.

O processo atualmente em curso de

propostas de mudança da legislação, preconizado pelo agronegócio, com apoio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, em especial da Lei de Cultivares, Lei de Acesso aos Recursos Genéticos e Lei de Biossegurança, propõe restrições ainda maiores aos direitos dos agricultores e agricultoras de livre uso das sementes, impondo regras de propriedade intelectual, de royalties e de criminalização de atividades como plantar, colher e comercializar. Posicionamos-nos contra essas propostas de mudança.

Os programas governamentais de distribuição de sementes têm causado a perda da diversidade das sementes adaptadas ao Semiárido, já que não respeitam e não reconhecem as sementes locais, distribuindo poucas variedades não-adaptadas e produzidas por empresas privadas, em regiões ecológicas bem diferentes do Semiárido.

(...)

Diante das graves ameaças à biodiversidade e aos conhecimentos dos povos do Semiárido e de outros territórios nacionais, conclamamos toda a sociedade civil e os governos comprometidos para aderirem ao movimento popular pelo livre uso das Sementes da Resistência, Sementes Nativas, Sementes da Gente, Sementes Caboclas, Sementes da Vida, Sementes Crioulas e Sementes da Paixão, diversas e adaptadas à convivência com o Semiárido, e que garantem soberania e segurança alimentar aos povos e populações do Semiárido.

Campina Grande, Paraíba, Brasil.

18 de fevereiro de 2009.

<http://www.asabrasil.org.br>

EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Secretário Executivo de KOINONIA
Rafael Soares de Oliveira

Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim
Jorge Atilio Silva Iulianelli

Assistentes Editoriais
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

Pesquisas

Andréa Carvalho de Oliveira

Revisão

Helena Costa | Márcia Evangelista

Diagramação e Impressão
Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21) 30426445 - Fax: (21) 30426398
e-mail: trd@koinonia.org.br
site: www.koinonia.org.br